

Ata da Reunião do Conselho

ATA nº 220 da 186ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 26 de Setembro de 2012, com início às 14h13m, no auditório do 5º andar da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS, situada na rua Pedro Ivo, 750 – centro, nesta capital, com a presença dos conselheiros: José Lúcio dos Santos (SESA), Elizeu de Oliveira Freitas (SESA), Ildemar Gorges (Força Sindical), Roberto Teixeira de Freitas (FEPASC), João Francisco Zafanelli Cubas (FECOMÉRCIO), Núncio Mannala (SETS), Nircélio Zabot (SEDS), Geasi Oliveira de Souza (FETRANSPAR) Luiz Claudio Ronanelli (SETS), Angelo Roberto Manfra (SEED) Leila Maria Raboni (MTE-SRTE/PR); Klaus Dias Kuhnen (FAEP); Ernane Garcia Ferreira (CUT); Jairo Correa de Almeida (CTB); Paulo Sérgio dos Santos (UGT); e os colaboradores: Maria José Rossetti (SETS), Sônia Maria dos Santos (SEPL), Wlanete C. B. Justino (SETS), Maria Augusta Araújo (SETS), Soraia Cristina de Souza (SETS), Fátima Regina M. Siqueira (SETS), Angela de Fátima G. Carstens (SETS), Dirce Margoti (SETS), Luciana Madureira (SETS), Olivia Scimeoni (SETS), José Maurino (SETS) e Aldameri Imthurm, Secretária Executiva dos Conselhos da SETS realizou-se a 186ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: 01 – Abertura; 02 -- Aprovação da Ata anterior; 03 - Informes; 04 - Palestra com a Dra. Ketí Patsis sobre “Prazos de Perícias para a Previdência no Sul (Paraná); 05 – Palestra com a Dra. Valéria Lopes - “Inclusão e Recapacitação da Mulher Mastectomizada no Mercado de Trabalho (pacientes de câncer de mama); 06 - Apresentação do levantamento sobre a situação dos Conselhos Municipais do Trabalho - Núncio-SETS; 07 - Apresentação das Propostas da Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho; 08 - Apresentação do Plano de Trabalho 2013 a 2016 para Homologação- DETER-SETS; 09 - Apresentação detalhada do Plano de Trabalho referente a resolução 314/2012- PlanteQ 2011- DETER- SETS; 10 - Outros assuntos. 01 – Abertura; O conselheiro Ildemar inicia a reunião saudando a todos e informando a impossibilidade do presidente Denílson Pestana estar presente e a satisfação em presidir esta reunião. Em seguida, passa ao próximo item da pauta: 02 -- Aprovação da Ata anterior; Ildemar informa que a ata anterior ficará para ser aprovada na reunião seguinte, tendo em vista que a mesma foi encaminhada para as considerações do presidente e não retornou em tempo hábil, motivo pelo qual não foi encaminhada aos conselheiros para apreciação. Os conselheiros Klaus e Roberto Teixeira questionaram esta prática. 03 – Informes; Ildemar passa para a leitura dos informes da Presidência/Secretaria Executiva: a) recebimento das justificativas de ausência dos conselheiros Denílson Pestana da Costa (Presidente) e Priscilla Fátima Caetano de Lima. b) pendência de entrega dos cadastro dos seguintes conselheiros: Pedro Alves Paulino - Conselheiro Suplente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB; Marilda Aparecida Diório Menegazzo - Conselheira Titular da Secretaria de Estado da Educação- SEED; Jorge Ferreira Conselheiro Suplente da Central Única dos Trabalhadores- CUT; Neivo Beraldin Conselheiro Titular do Ministério do Trabalho e Rita Maria Franco Ribeiro, Conselheiro Titular da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral – SEPL. Ildemar salienta que sem o cadastro não é possível atualizar o site do CET e solicita que os mesmos assim o façam o mais rápido possível. c) recebimento do Ofício Circular nº 32/SE-CODEFAT/CGER/DES/SPPE/MTE de 14 de setembro de 2012 da Secretaria Executiva do CODEFAT encaminhando a publicação “Avaliação do PROGER - resultados e perspectivas”. Ildemar então apresenta a Drª Ketí Patsis, que é representante junto a Associação Nacional dos Peritos da Previdência Social, convidada deste Conselho para proferir a palestra a seguir. O

conselheiro esclarece que, tendo em vista uma série de fatos que vem acontecendo junto a Previdência como: prazos e a forma como as perícias vem sendo feitas, está sendo dada a oportunidade aos peritos explanarem o que vem ocorrendo, para assim este Conselho deliberar e verificar o que pode ser feito para amenizar tais problemas. 04 - Palestra com a Dra. Ketí Patsis sobre "Prazos de Perícias para a Previdência no Sul (Paraná); – Dra. Ketí inicia a explicação informando que é médica há trinta anos e médica perita do INSS há quatro anos; cita também que atua como diretora na Associação dos Médicos Peritos ressaltando que é uma associação que congrega cinco mil e trezentos médicos peritos em todo o Brasil; informa que são cinco diretores eleitos e sua gestão vai até abril 2013. Dra. Ketí assegura que a realidade que se apresenta no Paraná e no sul do país é devido a demora muito grande no que se refere as pericias dos trabalhadores; neste sentido, informa que os médicos peritos estão se mobilizando no Paraná e nos estados do sul, por entenderem que não é justa esta situação para com as pessoas que habitam esta região do país; salienta que enquanto aqui uma perícia demora três meses para ser realizada, em outros estados, como no nordeste, a demora é de uma semana; exemplifica que a primeira vaga de perícia para Curitiba está marcada para 14 de dezembro; já em João Pessoa, a primeira vaga está marcada para três de outubro, que é quarta - feira da próxima semana. , Dra. Ketí diz que há disparidade entre um cidadão que mora aqui e aquele que mora na Paraíba. Dando continuidade, a Drª Ketí relata que em conversa com a Drª Antônia Lélia, promotora do Ministério Público Federal, esta ressaltou que "é justo, " pois parece que nos estados citados, os políticos atuam mais em favor dos seus cidadãos, e que na região sudeste, os políticos estão esquecendo de algumas ações. Neste sentido, salienta que veio até o Conselho do Trabalho para pedir ajuda, para que se possa trabalhar e agir politicamente para mudar esta realidade, entendendo, que esta situação chegou a este ponto, por falta absoluta de peritos para atender a demanda; informa que hoje existem sessenta peritos ativos na gerência de Curitiba, que abrange: Paranaguá, Lapa, Fazenda Rio Grande, Campo Largo, Araucária, Pinhais, Campina Grande e São José dos Pinhais, e desta forma, o que ocorre é que estes peritos não dão conta de atender a demanda. Informa ainda, que foi feito um levantamento no mês de abril deste ano e constatado que cada perito da região sul do Brasil fez em média duzentos e quarenta pericias, e a fila continua para três meses;; já no nordeste, cada perito fez cento e cinquenta pericias em média, e a fila é de uma semana; na região sudeste, a média é de cento e noventa pericias e a fila é de duas a três semanas; ressalta que fica muito claro que o problema acontece por falta de peritos para atender essa demanda, desta forma, entende que só será possível contratar peritos com a participação de todos; entende que é necessário existir uma ação da sociedade para conseguir uma equidade. Em seguida, a Drª Ketí relata um atendimento que traduz a realidade que se apresenta no que tange a questão da demora das pericias. Ressalta que as pessoas passam necessidades, usam suas reservas, emprestam dinheiro para sobreviver nestes meses de espera pela perícia até a liberação dos seu benefício, caso elas façam jus a ele. Cita o exemplo de uma pessoa que faz cirurgia de varizes, onde vai precisar de no máximo trinta dias de afastamento do trabalho, no entanto, ela vai receber três meses, por que fica esperando por três meses para fazer a perícia e não tem como o perito cessar o benefício, pelo fato da pessoa não voltar ao trabalho, por conta da espera da perícia. Definiu a Drª Ketí que são essas discrepâncias muito grandes que fazem com que seja prejudicial para o trabalhador e também para as empresas, pois entende, que quando se tira uma pessoa do mercado de trabalho sem necessidade, por sessenta dias a mais do que ela precisa, acredita que isso tem uma consequência na empresa onde esta pessoa poderia estar produzindo; entende que estes são os dois casos que mais acontecem, por conta da grande demora por uma perícia aqui. Dando continuidade, a Drª Ketí informa que esteve dialogando com deputados na Assembleia Legislativa para levar esta questão

junto à tribuna. Propôs que os deputados e seus partidos trabalhem politicamente, para melhorar esta situação; entende que o pedido é feito, em nome de todos os cidadãos e segurados do INSS do Paraná. Avalia que existem outras consequências da falta de peritos, por que não é só perícia médica do consultório, atendendo cada um dos segurados; realça que existe a perícia judicial, onde a pessoa passou pelo INSS e por vários peritos e o benefício lhe foi negado; dessa forma, ela tem o direito de ingressar na Justiça Federal e Previdenciária para solicitar um benefício que não lhe foi concedido administrativamente. Dra. Ketli lembra que benefício concedido por meio judicial, por força das normas legais, estes benefícios só poderão ser cessados, se forem revisados pela perícia médica do INSS. Exemplifica: a pessoa tem um benefício porque ela tem uma determinada doença que vai afastá-la do trabalho por seis meses, mas esse benefício, só poderá ser cessado, após a perícia médica, porém, existem casos de benefícios que deveriam durar seis meses e estão perdurando por oito anos; salienta que este fato acontece por que não é feita a revisão judicial, por não ter perito em número adequado e também por não se contratar peritos para fazer a revisão dessas perícias. Na continuidade, a Dra^a ressalta a dificuldade de se fazer perícias de qualidade; fala que são feitas a duras penas, pois a quantidade é imposta pela falta de perito; informa que há quatro anos atrás, quando entrou no INSS, eram realizados vinte e quatro perícias por dia; salienta que os conselheiros não tem idéia do que é fazer este número de avaliações por dia. Enfatizou que as perícias que acontecem de forma muito rápida, para atender a demanda, geram a perpetuação do benefício, e às vezes, sem necessidade. Assegura, que para interromper um benefício, é bem mais difícil do que a perícia que concede, pois, ao concedê-lo, não existe conflitos; informa que o INSS não questiona a concessão de benefícios, ao contrário, autoriza que se conceda todos; neste sentido, salienta que é a consciência dos(as) peritos(as) profissionais e de cidadãos, que os leva a ter a responsabilidade de conceder o que é de direito e negar o que é desnecessário. Em síntese, diz que as negativas levam muitas vezes a um confronto com o segurado e uma necessidade maior de argumentação e para isso precisa de um tempo maior para embasar a conclusão e assim mostrar que o cidadão, que ficou três ou quatro anos afastado, está sim com sua capacidade laborativa recuperada, e, neste sentido, ressalta que fazer perícias rápidas, é aumentar as filas e perpetuar benefícios. Dra. Ketli dia acreditar que os profissionais devem ser resolutivos e eficientes para resolver de fato, o que o cidadão precisa; diz que aplicar a todos o mesmo benefício é fácil, porém, a fila não pára de crescer se isso continuar. Dessa forma, solicita junto aos conselheiros, ajuda para que se tenha uma audiência pública com os Deputados Federais e Senadores, para tratar deste assunto. Dra. Ketli quer que não apenas a perícia médica do INSS se mobilize, mas que se tenha o apoio da sociedade, dos trabalhadores e das empresas, e assim ter pelo menos, as mesmas condições que se tem nas outras regiões do país. Finalizando se coloca a disposição para responder perguntas dos conselheiros. A seguir o conselheiro Ildemar salienta que está tendo várias dificuldades no que tange a questão dos benefícios dos trabalhadores; pergunta até que ponto se pode acreditar na perícia da Previdência Social; salienta que não está indagando a condição profissional dos peritos, mas sim a forma como o trabalhador é atendido dentro das agências da previdência até a sua chegada ao perito; cita que há casos em que a empresa se recusa, ou não tem conhecimento, ou porque tem o serviço de saúde terceirizado; ela não emite a comunicação de acidente de trabalho por se tratar de uma doença convencional ou a reabertura de uma comunicação de acidente de trabalho; o conselheiro Ildemar cita que a legislação é clara quando diz que o trabalhador pode providenciar ele próprio, ou a sua entidade de classe providenciar a abertura da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho; neste sentido, exemplifica que a sua entidade abriu a CAT, e quando o trabalhador voltou, informou que levou a documentação e ao apresentar no INSS foi comunicado que a CAT que a entidade

abriu não tem validade. Neste sentido, reforça que todo o procedimento deve ser revisto. Em resposta a Dr^a Ketí ressalta que o NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário é muito valioso, porém, deve ser corrigido, ajustado e utilizado com cautela para a idade e gênero; ressalta ainda que gostaria que todos os peritos pudessem entender como se dá a realidade no chão de fábrica de todos os trabalhadores. O conselheiro Ildemar abre espaço para o Secretário Romanelli que lamenta ter chegado no final da apresentação da Dra. Ketí; diz que considera o tema apresentado muito importante e relacionado com o mundo do trabalho; ressalta que este tema é do interesse dos representantes das Federações, Centrais Sindicais, Patronais e Trabalhadores. O Secretário Romanelli entende que este assunto, que envolve perícia e previdência no Estado do Paraná é, discutivelmente, motivo de preocupação; neste sentido, informa que este tema foi abordado no evento que aconteceu junto a OIT em Cascavel, em 26 de abril, e foi discutido muito intensamente. Dando continuidade, o Secretário Romanelli informa que, recentemente, encontrou com o Ministro da Previdência, no Ministério do Trabalho em Brasília e nesta conversa o informou que o Paraná está sendo discriminado pelo fato ter a metade do número de agências que tem no Rio Grande do Sul; em resposta, o Ministro lhe disse para levar esta situação até a presidenta Dilma. O Secretário salientou ainda, que o problema é, de fato, na magnitude, o que a Dr^a Ketí colocou, e se insere num contexto que o Paraná vem sofrendo. Abrindo espaço para nova discussão, ressalta que pela manhã, participou de três reuniões, e uma delas foi de muita gravidade, no que se refere a questão indígena no Paraná; informa que em 2010 a FUNAI do Paraná foi extinta, e dessa forma, o atendimento passou a ser feito através da FUNAI de Chapecó, em Santa Catarina; salienta que a questão indígena no Paraná está um caos. Romanelli ressalta que se for analisar o gasto com a educação no Paraná para o ensino superior, que é de dois bilhões por ano, e de acordo com uma especialista, isso foi por conta do posicionamento nas revoluções de 1930 e 1932, onde Paraná e São Paulo foram discriminados pelo governo federal; destaca ainda, que o ensino superior no Rio Grande do Sul é praticamente todo federal; Minas Gerais tem 15 Universidades Federais e uma Estadual, e no Paraná são apenas seis Estaduais. Neste sentido, ressalta a importância de se ter uma agenda de negociação com o governo federal para corrigir estas distorções. O Secretário Romanelli salienta que o tema e a área de atuação da Dr^a Ketí são absolutamente estratégicos, pois ao comparar o número de pessoas que conseguem aposentadoria no Paraná com o Rio Grande do Sul, são 30% a menos de pessoas com benefícios, por conta do acesso e da distância. Neste sentido, salienta que é de suma importância resolver o problema que foi trazido pela Dr^a Ketí, de forma estrutural e com a relevância que merece. Ao finalizar, agradece a participação da palestrante e enfatiza a necessidade de se aprofundar este tema, ressaltando que, enquanto Secretário do Trabalho, vê a importância de promover um debate com a Previdência do Paraná para que, através de parcerias, possa se buscar caminhos e fazer uma agenda com a Bancada Federal, com os Senadores, com o Governo Federal, Bancada Patronal, Centrais Sindicais, Bancada Governamental, enfim, tratar o tema da forma relevante que ele deve se tratado. A seguir o conselheiro Klaus ressalta que a questão indígena é de sua preocupação, pois atinge as comunidades rurais; salienta que a Federação está disponível, em relação ao tema explanado pela Dr^a Ketí; com relação ao NETP, o conselheiro Klaus entende que não se busca a causa do problema que acomete o trabalhador, ou seja, o que está causando as doenças, muitas vezes ocupacionais. O conselheiro salienta que gostaria de sugerir que o Conselho possa fazer uma propositura objetiva, para colaborar com os médicos peritos e com os trabalhadores, frente a realidade que se apresenta no Estado do Paraná. Neste sentido, ressalta que o CET pode fazer um encaminhamento, via a Secretaria do Trabalho, com dados comparativos do Paraná e do Estado da Paraíba, para subsidiar um documento e encaminhar para a Presidência da República e para Ministra Chefe da Casa Civil. Em resposta a Dr^a

Keti informa que é preciso saber quantos segurados existem na Paraíba e quantos em nossa região; saber quantas pessoas, potencialmente a serem atendidas neste universo; informa ainda, que no site da Previdência é possível visualizar todos estes dados. O conselheiro Ernane traz como proposta a possibilidade do Conselho do Trabalho informar, de forma detalhada, o comparativo: pré-segurados atendíveis versus peritos nos estados e a partir disso, junto com as Bancadas, Federações e Centrais e articular de todas as formas possíveis. O conselheiro citou que faz uma crítica a fala da Dr^a Ketí no que se refere a questão técnica do INETP e faz uma análise da realidade a sete anos atrás; disse acreditar que o atendimento para com as pessoas acometidas por doenças e acidentes de trabalho é outro infortúnio em suas vidas. Salaria que ainda existe um grande descaso e que talvez este seja um momento ímpar para reivindicar mudanças no que tange a questão dos atendimentos da Previdência. Neste sentido, o conselheiro Ernane salienta que são os trabalhadores que fazem parte da sociedade e custeiam tanto o estado como também os médicos e, na hora de ter o benefício, passam por inúmeras dificuldades. O conselheiro reforça que é de suma importância que se faça a parceria no que tange a proposta da Dr^a Ketí, para que a partir das denúncias, se busquem soluções para os mandos e desmandos que vem acontecendo no Estado do Paraná e no Brasil. Dr^a Ketí informa que a perícia domiciliar é uma previsão, onde o gestor designa o perito nas determinadas gerências. O conselheiro Ernane citou que muitas pessoas da previdência se acham deuses, seja na gerência da previdência social, sejam peritos, e a partir de denúncias, apenas são transferidos e continuam com uma prática antiética e desrespeitosa para com os usuários da previdência; ressalta que está à disposição da Dr^a Ketí para que uma audiência pública venha de fato acontecer, para que estas práticas não perdurem por mais tempo. Neste sentido, a Dr^a Ketí lastima muito o comportamento de pessoas que tratam mal os segurados; entende que é uma atitude que não leva a nada e disse acreditar que o mundo é pior quando as pessoas se tratam mal, principalmente, quando tem uma pessoa que está vulnerável e fragilizada e a pessoa que pode ajudar faz o movimento inverso. Cita que existem mal entendidos e exemplifica com o relato do ocorrido com o filho de uma segurada, que provocou a funcionária administrativa do INSS até a mesma perder a paciência. Dra. Ketí diz que o ato de se tratar melhor as pessoas pode vir a ser um círculo virtuoso em que todos vão sair ganhando. O segurado vai ser bem mais atendido, os médicos peritos poderão também atender melhor e estarão mais felizes por fazer com que a sua vocação, que é ajudar as pessoas, possa prevalecer. A seguir o conselheiro Núncio informa que em Cascavel este assunto foi apresentado com muita clareza e cita que a diretora do INSS que fica em Florianópolis apresentou os dados que o conselheiro Ernane está solicitando, e estranhamente, após a apresentação, a mesma foi demitida. Neste sentido informa que para o trabalhador se dirigir ao INSS no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ele percorre 90 quilômetros, já no Paraná percorre 200 quilômetros; informa também, que Santa Catarina, tem mais benefícios concedidos que o Estado do Paraná, e o número de profissionais e postos do INSS são trinta ou quarenta por cento a mais que no Paraná. Diz que o Estado do Rio Grande do Sul tem o número de onze bilhões de arrecadação do INSS a nível anual, enquanto que o Paraná tem quatro bilhões, e é menor que o Estado de Santa Catarina que tem a metade da população. O conselheiro Núncio relata que o número de carteiras assinadas no Paraná é quase o dobro dos dois Estados em questão, e que este fato já foi discutido no Conselho e o Secretário Romanelli é sabedor desta questão. No seminário do Trabalho Decente realizado na cidade de Cascavel, foi solicitado na reunião do Conselho, a realização de um seminário ou de um chamamento dos Deputados Federais. O conselheiro Núncio considera necessário que este fato vá a público através da imprensa e destaca que é uma vergonha milhões de pessoas estarem passando necessidade, e o Estado do Paraná perdendo seis bilhões e nada sendo feito para sanar este problema. Núncio lembra que a Central a qual pertence o conselheiro

Ildemar, em março deste ano, adentrou com pedido tutelar de cautela, para que todos os trabalhadores que estejam na fila de espera, possam entrar com o pedido de liminar para que sejam atendidos imediatamente; salienta que segundo o escritório de advocacia responsável pela ação, o pedido já foi aceito; lembra que já houve um julgamento em Florianópolis, Porto Alegre e neste sentido, acredita que na semana que vem, o juiz de Porto Alegre deve mandar uma cautelar e o segurado que tenha interesse possa entrar com o pedido para receber o seu salário, em detrimento da sua perícia; cita ainda, que isso não resolve o problema. Reforça que os deputados da bancada do Paraná devem ser chamados, e o Conselho deve levar este assunto a público mostrando de forma clara a questão das arrecadações do Paraná. Neste sentido, Núncio entende ser necessário tirar uma delegação para esta discussão, lembrando que a diretora do INSS deixou esta questão bem clara: o Paraná é o único estado que não se mobiliza nessas ações. O conselheiro Ernane reitera a fala do conselheiro Núncio solicitando que a Dr^a Ketí disponibilize os dados de maneira formal; faz a sugestão de realizar uma audiência pública, com a discussão de uma data; cita que os empresários serão grandes parceiros para sanar este problema. Quanto ao encaminhamento, solicita que já poderia ser para a próxima semana, e que pode ser via Central ou via Secretaria. O vice-presidente informa que deve ser via Conselho, sugerindo que a comissão que está trabalhando na realização da 1^a Semana Estadual de Saúde e Segurança possa trocar com a Dr^a Ketí as informações de forma objetiva e assim adiantar o expediente. Finalizando, a Dr^a Ketí agradece a participação de todos esperando que uma parceria com o Conselho possa ajudar a mudar a realidade da situação que hoje é horrível no Paraná. O conselheiro Roberto pergunta se a Dr^a Ketí faz parte de uma entidade que representa os peritos no Paraná? Em resposta a Dr^a Ketí informa que é diretora da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social e está nesta reunião, em nome da entidade que congrega cinco mil e trezentos sócios e médicos peritos em todo o Brasil. O conselheiro Ernane pergunta se é possível enviar, via Conselho, informações de forma oficial. Em resposta a Dr^a Ketí informa que é possível sim, porém, esclarece que os dados são públicos e estão no boletim do INSS. Neste sentido o conselheiro Ernane pede que a mesma oficialize o Conselho do Trabalho para que os contatos sejam feitos. O conselheiro Klaus propõe que a Associação de Peritos estabeleça um quadro de comparativos para que seja possível analisar qual seria o número necessário de peritos para atender a demanda do Paraná; ressalta que vindo da entidade tem mais credibilidade para condução da questão. Entende ainda, que a discussão não pode ficar apenas no âmbito do Conselho, que ela seja levada para toda a sociedade. Atendendo a solicitação da SETS, Ildemar informa que vai haver uma alteração da pauta e, dessa forma, passa a palavra para a Sra. Maria José Rossetti, Coordenadora do Departamento de Qualificação Profissional da SETS. 08 - Apresentação detalhada do Plano de Trabalho referente a resolução 314/2012-PlanteQ 2011- DETER- SETS. (Anexo 1) Maria José informa que a Qualificação/SETS tem dois assuntos a apresentar. Cita que o primeiro, é uma explicação para atender a solicitação do Conselho, com relação as mudanças e remanejamentos, referentes as alterações propostas no plano de trabalho e ações da Qualificação, que serão executadas ainda neste ano; informa que os conselheiros receberam uma resolução onde foram colocados todos os itens e as respectivas informações. Dando continuidade, a Sr^a Maria José informa que as alterações foram necessárias, pelo fato de que alguns municípios, não enviaram a sua demanda de qualificação para a SETS. O segundo assunto diz respeito ao desenvolvimento do plano de trabalho para o próximo Convênio Plurianual, através de dados estatísticos, estudos do DIEESE e do Ministério do Trabalho, enfim, se buscou de forma técnica, as informações para a inclusão dos municípios no plano de trabalho; ressalta que existem recursos para qualificar em menor número de municípios do que o ideal, ao iniciar o plano de trabalho, foi enviado um memorando para os Escritórios Regionais da SETS e estes enviaram para as

Agências do Trabalhador, solicitando a demanda de qualificação de mão de obra. Esclarece que muitos municípios não enviaram estes dados. Cita que os conselheiros receberam via e-mail a Resolução ad Referendum com a planilha contendo os dados. Dando continuidade, cita que o assunto seguinte, diz respeito a necessidade de homologar o plano de trabalho que compõe o Plano Nacional de Qualificação onde é utilizado os recursos do FAT. Informa que este plano de trabalho não dá autonomia para a SETS decidir o valor que seria necessário para fazer a qualificação no Estado do Paraná, colocando que o valor é estipulado pelo Ministério do Trabalho. A Srª Maria José informa que o valor disponibilizado para o Estado do Paraná, para a qualificação em 2013, é de um milhão novecentos e trinta e dois mil reais; o Ministério do Trabalho exige uma contrapartida do Estado e essa contrapartida ficou em duzentos e quarenta e seis mil reais. Cita que do total, existe uma exigência do Ministério do Trabalho, para que a qualificação tenha em média 200h aula. Informa que o valor da hora aula subiu, e no plano de 2012 o valor é 4,62 reais, porém, em 2013, a partir de um movimento que aconteceu a nível de Governo Federal com relação aos valores do PronateQ, que é dez reais a hora aula, os recursos do PlanteQ também aumentaram para dez reais a hora aula. Neste sentido, informa que os dois milhões cento e quarenta e oito mil reais são suficientes para qualificar mil e setenta e quatro educandos, durante o ano de 2013. Com isso, se tem o recurso para qualificar setenta e oito municípios no Estado do Paraná. Maria José esclarece que o Ministério do Trabalho e a OIT recomendam que os recursos disponibilizados, de preferência, sejam utilizados onde tem o serviço público de emprego. 09

- Apresentação do Plano de Trabalho 2013 a 2016 para Homologação- DETER-SETS - Anexo 2 - O Sr José Maurino da SETS informa que os conselheiros estão recebendo a resolução 315, e esclarece que as informações passadas na primeira fala da Srª Maria José foi um esclarecimento sobre as ações que estão em execução do plano 2011 com execução 2012, e o que foi apresentado por ultimo é o plano 2012 com execução 2013 e virá uma Resolução para os conselheiros atestarem para assim ser encaminhado para Brasília. - O Srº José Maurino informa que vai apresentar a Resolução 315 que trata da manutenção da rede de agências, que é o convênio que disponibiliza recursos para as duzentas e vinte Agências do Trabalhador do Estado Paraná. Desta forma, José Maurino esclarece que o Ministério estará repassando valores para manutenção da rede e que será distribuído, em material de consumo, para todas as duzentas e vinte agências, serviços de terceiros que são: aluguel dos imóveis das agências, seminários. Ressalta que nos serviços de terceiros está garantindo, reuniões descentralizadas do Conselho para o ano que vem, Seminários da Agenda do Trabalho Decente, a questão da Saúde e Segurança no Trabalho, a continuidade da supervisão das agências, e todo o treinamento dos agentes que estão nas agências Informa ainda, que após as eleições, quando assume um novo prefeito, há a necessidade de ter recurso previsto para treinar os novos agentes, e gerentes que geralmente mudam. Cita que o fato de entrar novos funcionários tem o lado bom, onde as pessoas chegam com muita disposição e isso acelera o processo de trabalho; por outro lado, pessoas que há anos são treinadas, às vezes são substituídas, porém, isto faz parte do processo de parceria. José Maurino ressalta que no ano passado houve uma inversão, onde foi solicitado maior recursos para investimento na compra de carros, quites de telessalas, televisores, equipamentos de informática, porém, este ano foi direcionado mais para custeios, que é o grande gargalo da Secretaria. Ressalta que a meta estabelecida pelo Ministério do Trabalho para o ano de 2013. Avalia que ela é extremamente factível de ser atendida. José Maurino esclarece que em a relação ao Fonset e a reunião que tiveram com o Ministro do Trabalho, este disse não concordar com a forma de repassar os recursos; salienta que para o ano que vem a forma de repasse dos recursos que estão sendo pactuados, terão uma nova formatação. O vice presidente Ildemar pergunta se a resolução pode ser assinada e registra ainda que a conselheira Marilda entrou em contato para informar que não pode

comparecer a reunião, em função de compromissos na vice governadoria na data de hoje. Comunica que recebeu uma correspondência da CGTB indicando o Sr^o Adenir da Veiga para participação do Conselho como Titular. Passa então a palavra para a conselheira Leila, que pergunta qual a previsão de se disponibilizar o plano para os conselheiros. Salaria que é um instrumento importante para acompanhar a Resolução. Neste sentido o conselheiro Roberto pergunta a José Maurino porque o plano de trabalho ainda não está disponibilizado para o Conselho. Em resposta, José Maurino informa que estão em negociação com o Ministério do Trabalho para maiores detalhes, e o valor já está dado, onde o Ministério repassa o valor e a SETS distribui nas diversas ações que são desenvolvidas. Cita ainda, que o plano pode ser disponibilizado. A conselheira Leila vê a importância de disponibilizar o plano de trabalho para os conselheiros apreciarem, salientando que os serviços de terceiros são muito abrangentes. Neste sentido, José Maurino informa que pode disponibilizar a planilha neste momento. O vice presidente salienta que uma análise mais detalhada da planilha só pode acontecer na próxima reunião, lembrando que a pauta do dia está bem extensa. Dando continuidade o conselheiro João Francisco reitera a fala da conselheira Leila salientando que não se sente a vontade para aprovar a planilha da forma que foi apresentada, informa ainda que precisa se ausentar. - Abrindo espaço para nova discussão Ildemar apresenta a Dr^a Valeria Lopes da Associação Amigas da Mama/Pr que passa a sua apresentação. 05 – Palestra com a Dra. Valéria Lopes - "Inclusão e Recapacitação da Mulher Mastectomizada no Mercado de Trabalho (pacientes de câncer de mama) Anexo 3 - A Dra. Valéria informa que a associação iniciou suas atividades no Paraná, há doze anos, com mulheres que estavam aguardando na fila da quimioterapia e decidiram fazer encontros para discutir os problemas enfrentados pelo câncer de mama e outros tipos de câncer. Elas entenderam que era muito importante se fortalecer, a partir das experiências de cada uma, para passar pelo tratamento. Dr^a Valéria informa que chegou até o Conselho do Trabalho via Secretaria do Trabalho, trazendo a reivindicação das mulheres que passam pela associação e que tem problemas, que são diretamente relacionados ao trabalho. A seguir, passa para a apresentação de slides. Neste sentido, a Dra^a Valéria informa que a associação não recebe nenhuma ajuda do governo e que o trabalho é totalmente voluntário, por parte das pacientes e das associadas e, esporadicamente, conta com a ajuda de algumas empresas. Informa que hoje conta com a ajuda de uma psicóloga que faz terapia individual com as pacientes, musicoterapia e um atendimento jurídico. Ressalta que fazem encaminhamentos para perícia médica e orientação jurídica; cita que existe um coral que funciona às segundas-feiras a noite e que a associação faz doação de prótese mamária, de bolsas de dreno pós operatório, etc.. Cita também que contam com um banco de perucas para as pacientes. A Dr^a Valeria diz que a maioria dos casos, que chegam na associação são de mulheres que estão em situação de vulnerabilidade social e que descobrem o câncer quando ele já está, em estado avançado e dessa forma é feita toda a retirada da mama; cita que as pacientes passam por tratamento de quimioterapia por um ano, mais radioterapia, onde o tratamento dura de um a três anos, ressalta ainda que a questão da autoestima dessas mulheres é trabalhado com bastante intensidade, cita que a questão emocional das pacientes fica muito abalada por causa da doença, destaca que a associação faz palestras e ações de prevenção em todo o Paraná. Neste sentido, a Dr^a Valeria ressalta que na maioria das vezes as pericias não funcionam, e as questões trabalhistas são graves, exemplifica que quando a paciente informa para o empregador que vai passar pelo tratamento oncológico ela é demitida antes mesmo de passar pela perícia, Informa que tem histórico de pacientes que estão aguardando cinco meses para fazer uma perícia para ter acesso ao seu benefício, Ressalta que outro problema bem sério e quando a paciente tem todos os exames comprovando que ela está em tratamento, cita que no período de tratamento os médicos dão de um a dois meses de intervalo para uma medicação e outra, portanto a mulher está

totalmente sem cabelo, usando cateter e a pericia diz que a pessoa esta capacitada para voltar ao trabalho, e a partir desse parecer a paciente pede o recurso e a pericia demora mais de três meses. Dando continuidade a Dr^a Valeria diz que o diagnóstico tardio leva muitas mulheres a óbito e deixam famílias com alto índice de orfandade; informa que a cada três minutos, morre uma mulher de câncer no Brasil, e que no Paraná existe um prognóstico muito alto de novos casos de câncer de mama; ressalta que algum tempo atrás, a realidade era de mulheres entre cinquenta, sessenta e setenta anos e que hoje ainda existem esses casos, porém, a faixa etária mudou. Hoje a maioria das mulheres que são acometidas por este tipo de câncer, são mulheres em idade entre vinte e oito e quarenta e cinco anos, em idade laborativa que perdem seus empregos quando recebem o diagnóstico, ou que após a volta da seguridade que a CLT assegura, elas perdem o emprego por não terem a mesma capacidade para exercer a atividade até então desenvolvida; salienta que na sua grande maioria, são mulheres de baixa renda, que não tem como prover. Esta é uma das maiores preocupações, pois está falando de mulheres que eram manicures, cabeleireiras, técnicas, faxineiras, trabalhadoras rurais que voltam a Previdência pedindo sua aposentadoria e não são concedidas, por serem muitos jovens, por terem o corpo normal e sua deficiência não ser visualizada, os peritos as consideram aptas a voltar para o mercado de trabalho, Neste sentido, informa que a maior incidência de mulheres que procuram a associação, são mulheres da zona rural, mulheres que não estão asseguradas pela carteira de trabalho. São faxineiras, lavadeiras, e principalmente aquelas que trabalham em serviços braçais, que não podem ter a mesma capacidade que antes do tratamento. Assegura que são essas as mulheres que não conseguem se capacitar ao trabalho, e dessa forma, chegam até a associação e pedem uma cesta básica. Informa ainda, que estão trabalhando para que o estado dê a isenção de ICMS para que as mulheres tenham o direito de ir e vir, adquirindo um veículo de acordo com a sua nova capacidade física. O Paraná é o único estado que ainda não tem essa isenção. Dra. Valéria afirma que estiveram na OAB levando o trabalho da associação e buscando novas perspectivas. Cita ONGS americanas, europeias que tem mais experiências por atuarem por mais tempo que no Brasil, enfim, diz que estão buscando parcerias para assim encontrar uma saída para esta problemática que aflige a sociedade. A seguir a Dr^a Valeria apresenta a Sr^a Carla que é uma das amigas da mama e que participa ativamente da associação, enquanto voluntária e traz o seu depoimento onde diz que fazendo tratamento de quimioterapia já faz um bom tempo e que o seu receio é não poder voltar ao trabalho. Agradece a oportunidade de estar nesta reunião. Dr^a Valeria dá mais alguns exemplos e ressalta que veio pedir para o Conselho e para a Secretaria do Trabalho que venha a auxiliar no evento do Outubro Rosa. Considera que cada um dos conselheiros tem nas mãos a capacidade de mudar o destino de muitas mulheres, no que tange a questão da incapacidade para o mercado do trabalho e pede que os conselheiros sejam os porta vozes desta realidade, inserindo estas mulheres no mercado do trabalho. Diz que foi pensado na possibilidade da criação de uma Resolução Normativa que pudesse dar garantia para as mulheres que passaram pelo câncer de mama, através de campanhas que auxiliassem através das CPATS, dos sindicatos, empresas, e que tivessem um programa que trouxesse um pouco da realidade que a mesma explanou. É necessário que o Conselho do Trabalho venha a se empenhar, no sentido de dar prioridade nos encaminhamentos para cursos de capacitação, recapacitação, inclusão social, e encaminhamento para vagas, de acordo com a nova capacidade física que esta mulher passa a ter. Desse modo, solicita a possibilidade de uma nova reunião para discutir e pensar estas possibilidades. Ildemar salienta que existe uma recomendação da OIT no que se refere a problemas de saúde e o diagnóstico do câncer. Cita que existem muitos trabalhadores com este diagnóstico; lembra que existe uma campanha a nível de Brasil no que se refere a humanização da pericia. Neste sentido, questiona para que lado será esta humanização. Ressalta que o

Brasil costuma aceitar recomendações e acatar decisões e não as cumpre. O conselheiro diz que esta doença acomete também os homens e como não é uma doença ocupacional é considerada congênita e o trabalhador é demitido e não tem suporte nenhum por parte do governo. O conselheiro Ildemar lembra ainda que na Previdência Social existe um setor de requalificação profissional e não se sabe de que forma está funcionando. Ressalta que o Conselho solicita para que a Secretaria abra uma preferência para solicitação da Dr^a Valéria. Dando continuidade, o conselheiro Núncio cita que o conselheiro Ildemar tem um departamento de saúde no Sindicato dos Metalúrgicos que atende esta situação. Neste sentido, aconselha que se faça uma visita junto a Força Sindical que tem experiência nesta questão; quanto ao projeto, informa que a Secretaria do Trabalho pode ajudar a escrevê-lo, e que no prazo de vinte e um dias, também possa esclarecer de que forma vai funcionar na SETS. Na continuidade o conselheiro Geasi pergunta se os assuntos que já foram abordados serão debatidos na Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho. Neste sentido, ressalta que é de suma importância que o Ministério Público esteja presente para tomar conhecimento dos fatos, e assim venha cumprir as atribuições que lhe cabem; acredita que todos sabem qual é a imagem que os cidadãos brasileiros tem do INSS. O conselheiro Ildemar informa que fica agendada uma reunião com a Dr^a Valeria na data de amanhã e também disponibiliza via Secretaria Executiva o telefone da entidade a qual pertence para que a Dr^a Valeria agende contato, para assim, poder ser auxiliada naquilo que se fizer necessário. Dando andamento a reunião o conselheiro Ildemar passa a fala para o conselheiro Lúcio. 07 - Apresentação das Propostas da Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho; Lúcio inicia informando que por parte da Secretaria da Saúde, o mesmo já deixou bloqueada a agenda para o dia quinze; informa ainda que fez o convite ao Dr^o Carlos Augusto que é o Coordenador Nacional da Saúde do Trabalhador, que discute com o Ministério do Trabalho e Previdência, para participar como palestrante nesta data e que aguarda a oficialização da vinda do mesmo; quanto as agendas regionais a conselheira Leila e o conselheiro Elizeu podem trazer mais informações. Abrindo espaço para nova discussão o conselheiro Núncio informa que apareceu uma demanda de última hora e todos os chefes dos Escritórios Regionais estarão fora nos dias 16, 17, 18 e 19 de Outubro. Neste sentido, pediram para o Conselho possibilite a transferência da data para o dia 22 (vinte e dois) onde todos estarão presentes em seus locais de trabalho. O conselheiro Lúcio pergunta se a data do dia 15, da videoconferência também seria mudada, Núncio responde que sim, e que o pedido dos chefes dos Escritórios Regionais é para que aconteça no dia 22 (vinte e dois) caso seja possível. Em resposta, o conselheiro Lúcio informa que volta a "estaca zero" então, tanto a questão da agenda, quanto a vinda do Sr^o Carlos de Brasília. O conselheiro Ildemar pergunta ao conselheiro Lúcio se ele vai verificar a possibilidade de fazer a alteração para a data que foi solicitada pelo conselheiro Nuncio. Em resposta o conselheiro Lúcio cita que se for definido isso não pode ser mudado, porém diz que precisa verificar a agenda das videoconferências que estão previstas pela Secretaria da Saúde, e também verificar a agenda do Sr^o Carlos Augusto. Entende que neste momento não pode confirmar nada e esclarece que irá verificar para então poder informar o grupo de trabalho. O conselheiro Ildemar cita que em vista dos problemas que foram levantados nesta reunião a alteração da data pode permitir uma ampliação das atividades propostas, e também ajudar na qualidade do evento, mas não pode comprometer o trabalho da Secretaria da Saúde. A conselheira Leila lembra que foi decidido na reunião passada que os conselheiros poderiam complementar as propostas do ponto de vista das suas apresentações; ressalta que a Secretaria Executiva enviou para todos os conselheiros e não obteve nenhum retorno, e desse modo, foi decidido que a proposta permanece a mesma da última reunião do Conselho. A conselheira informa ainda que neste período foi definido com a secretaria Alda a necessidade de encaminhamentos das informações de maneira formal, para os dirigentes das

entidades que integram este Conselho Estadual. Leila entende que apesar da presença dos conselheiros, é importante que cada dirigente seja, de fato, formalizado sobre a proposta, pois é de suma importância que todas as entidades que compõem este conselho possam apoiar os eventos regionais. A conselheira comunica que a Secretaria Executiva enviou um ofício para todos os dirigentes das entidades, com prazo de retorno; cita ainda, que foi solicitado para os conselheiros as informações das suas entidades. Leila informa que retornando as informações das entidades, a pauta será apresentada para os Escritórios Regionais que ficarão responsáveis em mobilizar as lideranças locais para a definição do evento regional. Dando continuidade, a Conselheira Leila pergunta para Alda se a mesma recebeu a informação das entidades sobre suas representações regionais. Em resposta, Alda informa que não houve retorno por parte das entidades e suas representações regionais. Neste sentido a conselheira Leila pede para que os conselheiros cobrem de suas entidades a apresentação formal de suas representações regionais, ao mesmo tempo que a Secretaria do Trabalho, o Ministério do Trabalho e cada um dos conselheiros possam conversar com suas entidades para assim desencadear uma ação conjunta. Informa ainda que os escritórios regionais estarão convocando uma reunião para discutir o evento regional e a importância desta participação. Neste sentido, observa a importância de, além de apresentar a política nacional e a estadual, é de suma importância traçar um paralelo para analisar como se apresenta a questão em debate no Estado do Paraná e assim fazer um diagnóstico para entender quais serão as ações e metas até 2013. Núncio informa que o grupo de trabalho sugeriu, que em cada regional, pelo menos na Semana da Saúde possa fazer uma reunião em cada regional com a participação da SETS e dos conselheiros. Núncio informa ainda que foram levantadas informações por região, de acordo com os dados que a Saúde enviou com os principais agravos de doenças, acidentes e mortes no trabalho. Dessa forma, no documento que está sendo encaminhado para a Dr^a Leila, este consta as informações citadas. O conselheiro Núncio informa que ficou de ser aprovada na data de hoje, o ofício que será enviado a todos os Conselhos Municipais e de todas as atividades desenvolvidas pelo conselho; informa que será assinado pelo presidente e pelo secretário para ser oficializado, caso o conselho concorde e aprove. A conselheira Leila ressalta que ia fazer uma observação neste sentido, salientando a importância de envolver os Conselhos Municipais na Semana da Saúde e também de fortalecê-los nas suas regiões. Leila faz a proposta de encaminhamento onde pede que cada conselheiro faça a formalização para seus dirigentes; cita que precisa também das listagens das representações regionais de cada conselheiro para enviar as informações; informa ainda, que foi encaminhado o ofício circular 016/2012 com data de 14 de setembro, e o retorno para a Secretaria Executiva era até a data de 18 de setembro de 2012. A conselheira pede que todos os conselheiros localizem e respondam. Na continuidade Alda informa que enviou o ofício com cópia para todos os conselheiros que tem assento no CET. O conselheiro Ildemar ressalta que o comitê conta com a presença da Dr^a Priscilla, e que quando esta não pode comparecer encaminha um representante, como no caso também do Sr^o Francisco; ressalta ainda, que está tendo uma boa vontade do setor empresarial para que as ações possam dar certo. Cita que a solicitação de encaminhar o ofício foi feito no comitê pela Dr^a Priscilla. A conselheira Leila informa que a Secretaria Executiva terá um trabalho bem intenso a partir das informações que venha a receber de todas as entidades destacando ainda, que será formalizado um documento da rotina e fluxo do procedimento para os eventos que irão acontecer. Desta forma, destaca a importância dos conselheiros enviarem até terça-feira, dia 02 (dois), a resposta ao ofício citado. O conselheiro Ildemar informa que a seguir serão assinados os 03 (três) ofícios. Abrindo espaço para nova discussão o Sr^o José Maurino informa que está repassando ao conselho o plano de trabalho de 2012 de forma mais detalhada. 06 - Apresentação do levantamento sobre a situação dos Conselhos Municipais do Trabalho – Núncio-SETS; Anexo 4 -

Nuncio apresenta o levantamento da situação dos Conselhos Municipais por regional, e informa que todos os conselheiros estão recebendo uma cópia deste documento. Anexo. - O conselheiro Ildemar ressalta que é de suma importância que seja discutido na próxima reunião, quais as atitudes que serão tomadas, no se refere as orientações que o Conselho Estadual irá levar até os Conselhos Municipais; destaca que é um compromisso que foi assumido nas reuniões que aconteceram no interior do estado, junto aos Conselhos Municipais e salienta que o CET se comprometeu em avaliar as questões e levar orientações pertinentes. Neste sentido, a conselheira Leila realça a importância de apresentar um quadro comparativo, informando os municípios, onde tem conselho ativo, inativo, onde não tem conselho municipal e se está sendo contemplado com recursos do PlanteQ. Enfatiza que, enquanto sugestão, uma boa forma de mobilizar a organização destes conselhos é a possibilidade de estarem recebendo os recursos, a necessidade do controle social e a importância do conselho gestor municipal. Acredita que é importante enfatizar qual é o papel do gestor e conselhos; destaca que esta articulação pode ser feita a partir de uma correspondência que será enviada para o Presidente do Conselho Municipal e para o gestor público. Esgotada a pauta e nada mais havendo para tratar, o conselheiro Ildemar Gorges agradeceu a todos e deu por encerrada a 186ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, da qual eu, Aldameri Imthurm, lavrei a presente ata. Curitiba, 26 de Setembro de 2012.